



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA TADEU

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22/10/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Declaro abertos os trabalhos da 15ª audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2021.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo *site*, pelo canal do Youtube na Câmara Municipal de São Paulo; e que a realização desta audiência pública foi divulgada no jornal *Agora*, em 18 de outubro; no jornal *Folha de S.Paulo*, em 19 de outubro; e vem sendo divulgada no *Diário Oficial da Cidade*, desde 16 de outubro.

As inscrições para participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 18 de outubro, devendo os inscritos participar pela plataforma *on-line*, conforme o *link* enviado por *e-mail*. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs. Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, representado pela Sra. Priscilla Martins Cerqueira, da Divisão de Arborização Urbana; Roberto Augusto Baviera, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Alexandre Modonezi, Secretário Municipal das Subprefeituras, representado pela Sra. Tatiane Felix Lopes; Marina Magro Beringhs Martinez, Procuradora-Geral do Município; Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação, acompanhado pela Sra. Malde Maria Vilas Bôas, Secretária Executiva da SME; Juliana Felicidade Armede, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Passemos aos itens da pauta.

Declaro aberta a audiência pública do PL 659/2021, do Executivo Ricardo Nunes. Dispõe sobre a criação de cargos de Professor de Educação Infantil, do Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação - QPE.

Questiono se há oradores inscritos. Secretário, o senhor gostaria de se manifestar acerca do projeto? O senhor dispõe de dez minutos.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Muito obrigado, Vereadora, Presidente

Sandra Tadeu. Quero cumprimentar todos os Vereadores e os presentes e falar da importância desse projeto que o Prefeito Ricardo Nunes encaminhou para a Câmara, que cria 1.068 cargos de PEI. Foram abertas recentemente, quer seja nos CEUs ou em outras condições, escolas de educação infantil, o que mostra a necessidade da criação desses 1.068 cargos de professor de educação infantil.

Quero fazer dois adendos. Um é que a lei recentemente aprovada pela Câmara de concursos para a cidade de São Paulo incluiu, por iniciativa do Prefeito e aprovação dos Vereadores, a extensão da validade dos concursos na cidade de São Paulo até o dia 31 de dezembro. Portanto os 1.068 cargos de professor de educação infantil, que estão hoje em discussão nesta audiência pública, para serem criados, poderão ser providos ainda neste ano, por conta dessa prorrogação, porque constou da lei aprovada na Câmara Municipal, que regulamentou a questão dos concursos na cidade de São Paulo.

Essa é outra observação importante. Cabe ressaltar que desde a gestão do Prefeito Bruno Covas e reforçado pelo Prefeito Ricardo Nunes, está sendo feita uma política de concursos, de contratação e de efetivação de profissionais na cidade de São Paulo. Foram 3.652, apenas neste ano, PEIs, coordenadores pedagógicos, supervisores, ATEs e diretores chamados e que estão sendo efetivados na cidade de São Paulo.

E esse projeto de lei vem coroar, sacramentar essa política do Prefeito Ricardo Nunes e o fortalecimento dos profissionais da educação na cidade de São Paulo.

A Secretaria se faz presente para reforçar a importância para a cidade de São Paulo da aprovação dessa lei de criação dos 1.068 cargos, os quais pretendemos usar o concurso ainda vigente que a Câmara prorrogou.

Em breve terei que sair, mas a Secretária Executiva Malde Vilas Bôas vai continuar na audiência pública e estará à disposição de todos os senhores.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Quero anunciar a presença dos Vereadores Toninho Vespoli e Gilberto Nascimento. Pergunto aos Vereadores se gostariam de

se manifestar agora ou no fim. Vereador Toninho Vespoli?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Gostaria, porque assim o Secretário ou a Secretária Malde poderia responder.

Primeiro quero parabenizar a Secretaria pela alternativa de chamar os 1.068 cargos, que é superimportante para a educação infantil. Mas, Secretário, qual está sendo a interlocução do Governo com o Presidente da Câmara para que a gente vote esse projeto o mais rápido possível? Porque, no caso, a Oposição – posso até falar que conversei com a Bancada do PT, do PSOL e outros – tem acordo em aprovar esse projeto o mais rápido possível.

Não teria condição de conversar com o Presidente da Casa para colocar esse projeto na pauta terça ou quarta-feira, o mais rápido possível?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Pode responder, Secretário.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Vereador, muito obrigado. Do ponto de vista do Executivo, o Prefeito já encaminhou com um pedido de urgência o projeto e a minha presença aqui hoje, além do Prefeito ter encaminhado o projeto de lei, mostra o quanto o Executivo entende a importância desse projeto, mas nós não podemos interferir no Poder Legislativo, que é incumbência dos Vereadores eleitos com essa função.

Entendemos que é importante, é fundamental, por isso o Prefeito encaminhou – e com um pedido de urgência -, reafirmamos essa necessidade e a importância da criação desses cargos, mas respeitando a autonomia do Poder Legislativo.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Gostaria de registrar também a presença do Vereador Sansão Pereira. Pergunto aos Vereadores se querem fazer alguma pergunta, algum questionamento ao Secretário, que está à disposição dos Vereadores. (Pausa) Parece que não.

Vamos chamar agora o público que se inscreveu, que falará por três minutos e fará os questionamentos. Não sei se todos concordam que ao final de cada cinco inscritos, passaríamos às respostas. Não sei se o Secretário ainda estará ou a Malde. Senão fica muito extenso e nos perdemos nas perguntas. Acho melhor assim.

A primeira inscrita é Claudete Alves, da entidade Sedin.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Bom dia, Vereadora Sandra. Bom dia ao Secretário Padula, à Malde, aos demais Vereadores e ao público que nos assiste.

Bem, é um momento diferenciado diante da turbulência que estamos enfrentando na Câmara. Que bom seria se todas as propostas tivessem essa consonância de acordos entre Executivo, Câmara Municipal e trabalhadores. Esse é um dos projetos fruto de extensa negociação – ainda como citou o Secretário Padula –, desde a gestão do finado Prefeito Covas, porque nós perseguimos isso por muito tempo. A exemplo do que falou o Toninho Vespoli, eu penso que nós deveríamos pactuar algo que será importantíssimo para a cidade, no retorno da pandemia, para que nós possamos entrar no ano de 2022 com toda a garra e com o quadro completo.

A gente tem falta de centenas de professores de educação infantil na rede direta. Por isso essas tratativas respaldadas com a Secretaria da Educação, de Gestão e com o próprio Prefeito vêm atender essa necessidade. Ganha a cidade, ganha qualidade a educação infantil. O Sedin não tem reparo algum sobre essa propositura e nós vamos envidar esforços com os nossos contatos para que ela seja aprovada o mais rápido possível.

E que nós possamos, Secretário – como a Secretária Malde negociou conosco em audiência – dar celeridade para que de fato possamos, nessa negociação que foi feita da prorrogação, chamar ainda centenas de professores da educação infantil para que iniciemos o ano letivo com os quadros completos.

Eu sou daquelas que quando tem que criticar, critico; e quando tem que elogiar, eu elogio. Quero apresentar em nome da educação infantil, dos trabalhadores, os nossos agradecimentos para que essa negociação que durou dois anos pudesse chegar a um resultado positivo tanto para o Executivo quanto para os concursados, que estão aguardando, e quem ganha com isso são as crianças da nossa cidade.

Muito obrigada. Vamos aprovar o mais rápido possível. Espero que os colegas Vereadores o façam.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, Claudete. Com a palavra Eduardo Kennedy.

O SR. EDUARDO KENNEDY – Bom dia ao Secretário, à Secretária Malde. Bom dia a todos os participantes, aos Srs. Vereadores.

É com muita felicidade que a gente vem aqui hoje saber da celeridade na chamada dos mais de mil colegas da educação infantil – como disse o Toninho Vespoli e a Claudete: a educação infantil tem pressa. A gente, retornando com 100% das atividades, não pode esperar. Muitas escolas na zona Sul, na zona Norte têm dificuldade em completar o quadro de professores e, por isso, a gente vem enfatizar e pedir também aos Srs. Vereadores para que o façam o mais rápido possível, já que é uma proposta do Governo em que nós do Sindicato da Educação Infantil concordamos e dizemos: a educação infantil tem pressa, precisa ser votado o mais rápido possível para que os colegas sejam convocados ainda neste ano e que inicie o ano de 2022 com o quadro completo, sem crianças fora da escola, com salas sem superlotação por falta de professores, porque colocar crianças a mais nas salas de aula, fazer a redistribuição como ocorre na rede, isso faz mal para a criança e para o educador.

A gente tem pressa que isso aconteça logo, que seja votado na Câmara e que seja aprovado o mais rápido possível.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Agora, com a palavra, Christian Silva Martins de Mello Sznick.

O SR. CHRISTIAN SILVA MARTINS DE MELLO SZNICK – Primeiro boa tarde, Vereadora Sandra, Vereador Toninho Vespoli, Secretário Fernando Padula, Secretária Executiva Malde e demais presentes da Câmara e colegas sindicalistas da educação.

Sou Christian Sznick, diretor do Sinesp, que é o sindicato que representa os gestores educacionais, mas também estou como diretor de Centro de Educação Infantil. Sou diretor do CEI Lila Covas, na DRE Campo Limpo.

Um projeto como esse realmente muito bem pautado, ele tem esse caráter de

urgência, é necessário, ainda mais na escola onde estou é um exemplo, fica no Jardim Ângela e a gente sabe a dificuldade de provimento e a necessidade de profissionais nas escolas. Neste momento é salutar o projeto. Parabenizo essa ação que foi feita, sobretudo a atuação do Sedin, a sensibilidade da Secretaria Municipal de Educação de buscar um meio, num momento como este, de fazer essa chamada. Muito bem colocado.

Nós temos esse processo, de fato, até dezembro que permite fazer a chamada de profissionais. É essencial e eu não vou me estender muito mais no tempo, mas ressaltar o quanto é importante para a cidade de São Paulo quando se valoriza a primeira infância, quando traz, sobretudo, essa chamada de profissionais. Só vai engrandecer a rede e permitir que tenhamos profissionais concursados. O Sinesp, Sindicato dos Especialistas de Educação, é favorável e parabeniza realmente essa medida. Estão todos realmente de parabéns.

Mais uma vez agradeço à Vereadora Sandra Tadeu por permitir esta audiência pública e trazer uma discussão tão importante para a cidade e para educação como essa.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, Christian. Agora, com a palavra, Silvia Regina Corazza, do CEU Cidade Dutra. (Pausa) Ausente. Vamos chamar a Sra. Ana Aragão, da Associação dos Amigos da Praça João Afonso de Souza Castellano. (Pausa) Sra. Eliana Nunes Santos, da CEI Renato Antonio Checchia. (Pausa) Ausente. Sr. Quercia de Jesus Oliveira. (Pausa) Sra. Elisangela Alves Teixeira. (Pausa) Carla Oliveira Silvério. (Pausa) Milena Cristina Gonçalves Lacerda. (Pausa) Daniela Henrique Lopes. (Pausa) Edivalda Tavares Lau Villar. (Pausa) Marilande Sousa Delfino. (Pausa)

Gostaria de perguntar se a Secretária Malde quer se manifestar para podermos finalizar esta audiência pública, uma vez que chamamos todos os inscritos e não estavam presentes.

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Vereadora, Fernando Padula.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Sim, pode falar Secretário. O senhor quer falar alguma coisa?

O SR. FERNANDO PADULA NOVAES – Apenas para fazer um complemento em

relação às falas feitas. Vou aproveitar que ainda estou por aqui. Quero agradecer as mensagens, reforçar a importância da criação desses cargos e lembrando que nós optamos pela substituição, a transformação dos cargos de PEIF em PEI e vou explicar o porquê disso. Pela Lei 173, do Governo Federal, se fosse criação de cargos, nós não poderíamos prover esses cargos neste ano. Por isso o Prefeito propôs a substituição, a transformação dos cargos de PEIF em PEI dos 1.068 juntamente com a prorrogação para poder prover ainda neste ano.

Também quero falar da importância de outro projeto, que está na Câmara – como foi falado da zona Sul -, que cria a GLT, Gratificação por Local de Trabalho, permitindo o pagamento diferenciado nos locais onde há maior rotatividade. A nossa rede possui apenas 4% de temporário, mas outro dia estive em uma escola no Grajaú em que de 48, 40 são temporários. Portanto a GLT vem ao encontro dessa necessidade para efetivação e permanência das equipes nas nossas escolas.

Muito obrigado à senhora, a todos os Vereadores e participantes.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Eu é que agradeço a sua presença, Secretário. Muito obrigada.

Não sei se a nossa querida Malde quer se pronunciar.

A SRA. MALDE MARIA VILAS BÔAS – Não, Vereadora. Estou à disposição, vou continuar na audiência, mas o Secretário fez todas as colocações. Nós estamos muito ansiosos e satisfeitos com esse projeto dada a importância. Ficarei na audiência, caso necessite de algum esclarecimento.

Obrigada, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Agora, mais pessoas inscritas. Sr. João Paulo Sarmiento. (Pausa) Não sei se ele está na sala.

Declaro encerrada a audiência pública do PL 659/2021.

E neste momento, declaro aberta a audiência pública do PL 391/2021, de autoria do Executivo, Ricardo Nunes, que disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências.

Vamos chamar os convidados: Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, representado pela Sra. Priscilla Martins Cerqueira, da Divisão de Arborização Urbana.

Priscilla, a senhora tem dez minutos para falar sobre o projeto. Esteja à vontade.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Bom dia a todos. Em nome do Secretário, agradeço o convite para participar da audiência.

Gostaria de registrar o quanto esse projeto de lei é importante para gestão da arborização na nossa cidade. Existe uma lei de 1987, que está em vigor, e esse texto foi elaborado e proposto visando a melhoria e atualização dessa lei.

É isso. Fico à disposição para participar da audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Convidado o Secretário Municipal Alexandre Modonezi, que será representado pela Sra. Tatiane Felix.

A SRA. TATIANE FELIX LOPES – Bom dia a todos. Eu ratifico a importância salientada pela Priscilla, mas gostaria de trazer alguns números, que acho darão um pouco da dimensão do que esse projeto representa para a cidade.

Hoje já na cidade cinco mil praças, em torno de 48% de cobertura vegetal...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Um momentinho. Tatiane, acho que a senhora poderia virar a câmera para podermos visualizar. Eu estou vendo o Guilherme.

O SR. GUILHERME – Bom dia, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Bom dia, querido. Você vai participar da audiência hoje?

O SR. GUILHERME – Sim, vou ficar por aqui, vou acompanhar. Bom dia a todos.

A SRA. TATIANE FELIX LOPES – Bom dia. Não consigo ampliar, porque a câmera é da sala.

Gostaria de ratificar a importância desse projeto de lei, que a Priscilla levantou, mas para fundamentar a alteração pretendida, queria trazer alguns números – que acho importante.

Temos uma cidade com uma escala de país – vamos assim dizer – temos aproximadamente cinco mil praças, 48% de cobertura vegetal, 30% de zona rural. A gente lida, diariamente, com 1,5 de km² de área, 17 mil vias, enfim, são números de escala de país. E dentro do porte desta cidade, uma das grandes questões que há – e que é uma preocupação da gestão atual – é a ambiental.

A gestão tem buscado fazer uma política transversal no quesito ambiental, aliado a todas as secretarias e nesse projeto especialmente entre a Secretaria do Verde e a Secretaria das Subprefeituras. O Plano Diretor de São Paulo já prevê várias ações no caminho de uma administração mais sustentável, uma política ambiental resiliente e que permita tanto o desenvolvimento da cidade quanto a conservação e preservação das espécies arbóreas.

Por isso gostaria de registrar que a gestão Bruno Covas e Ricardo Nunes tem uma preocupação constante nessa questão. Temos como meta ampliar as unidades de conservação, uma das metas também estabelecida é alcançar 50% de cobertura vegetal. Hoje há uma política baseada em soluções da natureza e vale destacar algumas das intervenções que nós enquanto administradores e que temos o papel de zelar pela cidade. Temos implantado na cidade os jardins de chuva, as biovaletas, outras alternativas para buscar o verde na nossa cidade, a vaga verde, enfim, hoje a Secretaria das Subprefeituras já atendeu mais de 885 mil ordens de serviço, sendo uma das maiores zeladorias do mundo. E a questão da poda e do manejo, é um dos quesitos mais solicitados pelo 156, então, surge desse contexto, de toda essa dinâmica da cidade, a importância de uma atualização da legislação para trazer a população para participar conosco, para dar ferramentas para uma atuação mais abrangente de ambos os lados. Porque hoje há uma concentração administrativa nesse papel da questão da poda e do manejo das árvores e de todas as questões envolvidas.

Por isso com essa lei, além de atualizar a lei vigente que é de 1987, pretendemos trazer a legislação ambiental desse quesito para os dias atuais, buscando interação com a tecnologia. Há o SGZ, que é o sistema de gerenciamento da zeladoria. Enfim, já temos ferramentas tecnológicas para propiciar uma abrangência maior nessa questão.

E é dentro cenário que vimos aqui e salientamos a importância desse projeto de lei para a cidade e para a população como um todo.

Era só isso o que queria dizer. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, Tatiane. Vejo o meu colega Vereador Toninho Vespoli e gostaria de saber se quer falar ou fazer algum questionamento.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Presidente, gostaria sim. Acho essa discussão importantíssima, a gente vê que a temperatura global aumentou 1º Celsius, em média. São Paulo parece que está acima da média e a gente tem como referência uma cidade sustentável. Nesse sentido, acho muito importante essa discussão e também acho que a lei tem que ser atualizada.

Agora, gostaria de colocar algumas questões, porque acho que a secretaria poderia pensar, de tentar dar uma melhorada no projeto. Há questões e conceitos que serão tratados por decreto e, como falado pelo Governo, da importância de a sociedade civil participar. Então acho que há muitas questões no projeto que é por decreto e a sociedade civil acaba não tendo possibilidade de participação mais efetiva.

Por isso acho que a gente poderia encaminhar alguma coisa no projeto para ter definição, claro que não é para engessar o projeto, mas para que algumas coisas fiquem mais definidas. Essa é uma questão. Outra é que as multas começam em 200 reais e acho que algumas classes sociais do país preferem pagar uma multa e ferir a lei. Por isso acho que o valor da multa deveria ser mais rígido, até por conta do que eu falei que a questão da arborização é importantíssima para diminuir as bolhas de calor em vários pontos do planeta, mais acentuado. E, terceiro, que acho importantíssimo, talvez seja uma das mais importantes, que é o nosso convênio com a Enel. O ex-Vereador Natalini inclusive possui um dossiê do quanto essa empresa faz uma poda predatória e colocada na lei essa questão do convênio, ela acaba de repente aprofundando o poder da Enel de fazer determinados tipos de poda, do ponto de vista predatório. Concordo muito com o dossiê do Natalini.

Por isso acho que a gente poderia, no mínimo, estabelecer mais parâmetros para a Enel nesses conveniamento na própria lei, porque senão... a gente vê que a preocupação da Enel, isso é fato, é livrar a fiação. Ela não está nem um pouco preocupada com a árvore e isso acaba trazendo um problema para a municipalidade.

E a última questão, Presidente, que está na lei, é que quando a árvore estiver na frente de um equipamento público, obstruindo a sua visibilidade, que a prioridade é a visibilidade do equipamento público. Eu tenho divergência quanto a isso, porque senão toda árvore vai tampar equipamento público, por menor que ela seja. Então a probabilidade dessas árvores serem removidas desses equipamentos públicos são muito importantes. Inclusive essas questões foram tiradas da própria representação que o pessoal do Defenda São Paulo fez ao Ministério Público. Estamos discutindo isso e a gente tem muita concordância com os argumentos do pessoal do Defenda. Vi a Renata na sala, acho que ela vai aprofundar algumas questões. A gente votou a favor em primeira, mas a gente quer colocar essas emendas para melhorar o projeto, para que a gente possa fazer uma legislação condizente com o que merece a população da cidade de São Paulo.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Pergunto se mais algum Vereador gostaria de fazer questionamento.

Agora chamo a Sra. Marina Magro Beringhs Martinez, Procuradora-Geral do Município.

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – Pois não, bom dia. Bom dia a todos. Estou à disposição de V.Exa. Prazer em revê-la, Vereadora Sandra.

Tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Tudo. Não estou vendo-a. Você gostaria de dizer alguma coisa sobre o projeto?

A SRA. MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ – Não, acabei de receber uma mensagem falando que o vídeo não está funcionando. Vou sair e entrar novamente, mas estou aqui à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Está bem, Marina.

Vamos passar para o público que se inscreveu. Começaremos com a Sra. Ana Aragão, da Associação dos Amigos da Praça João Afonso de Souza Castellano. (Pausa) Ausente.

Passemos ao Sr. João Moreirão, do CPM Casa Verde/Cachoeirinha/Limão.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Obrigado, Vereadora. Cumprimento a Vereadora e todos os Vereadores. Sou do Conselho Participativo Municipal, região administrativa Casa Verde/Cachoeirinha/Limão e gostaria de entrar com um caso concreto para mostrar os problemas que estou identificando.

Eu ouvi com alegria que São Paulo tem cerca de cinco mil praças e 48% de cobertura vegetal. O problema é a distribuição e sobre isso é que falta discussão com a sociedade. Vou dar exemplo, a região administrativa de onde sou conselheiro tem uma imensa cobertura vegetal, mas fora do ambiente urbano e sem acesso aos moradores. Em meros números, somos uma região privilegiada, mas não temos um único parque, na realidade, frequentável, porque fica depois do limite urbano da cidade. Possui grades, guardas, mas ninguém lá vai. Entretanto, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente foi bastante omissa na transformação de um parque, que nós tínhamos e que era frequentável há algum tempo pelos moradores, em uma imensa garagem de ônibus, cimentada, ao lado de uma avenida de acesso à região, que alaga sempre que chove. Nós tínhamos algo como 15 mil metros de permeabilidade, que vão ser cimentados, e em compensação nós ganhamos um jardim de chuva na calçada de menos de 10 m². E onde havia um parque, teremos uma garagem de ônibus. Acho que a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente foi omissa nessa questão.

Por isso precisa de mais discussão com a sociedade e precisa identificar melhor, porque nessa questão do manejo das árvores, está sendo feito o manejo das árvores de onde

era um parque para fazer a garagem de ônibus, mas esse manejo, essa compensação ambiental que será feita é plantar lá em tal parque, que ninguém tem acesso. Ou seja, nós vamos ter uma garagem de ônibus, mas vamos ter mais árvores em um parque onde a população não tem acesso, no extremo Norte, para lá da área urbana.

Por isso precisamos de muito mais discussão, de olhar o caso concreto, de ver a situação real, porque o grande problema não é – na minha opinião – a cobertura vegetal, que deve melhorar em si, no número, no percentual, mas a distribuição dessa cobertura vegetal.

E para encerrarmos gostaria de dizer, moro numa região administrativa com mais de 360 mil habitantes e que luta, há muitos anos, pelos parques. Tem onde fazer parques e não há um único parque e um deles, que tinha, fechou ao público, está virando – está em obras – garagem de ônibus com o piso cimentado, entendeu?

Por isso acho que precisa de mais discussão, precisa ouvir os especialistas da área, precisa ouvir a sociedade e precisa ouvir as demandas dos moradores.

Obrigado, obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Priscilla, você tem algo a responder sobre essa questão que o Sr. João trouxe?

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Sim, gostaria de registrar que o projeto de lei tem alguns dispositivos que remetem ao Plano Municipal de Arborização Urbana, que foi concluído em setembro de 2020, e estão previstas ações para melhor distribuição na fase de implantação da arborização, considerando as regiões com *deficit* de arborização.

Então, esse projeto de lei incorpora o Plano Municipal de Arborização Urbana, assim como outros três Planos Verdes, que estavam no Plano Diretor de 2014, já foram elaborados pela Secretaria do Verde com a participação de outras secretarias.

Esse texto proposto amplia ações para que a gente possa ter mais cobertura verde na cidade, não só em quantidade – como o Sr. João Moreirão falou -, mas considerando também as regiões.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Sim. Agora gostaria de chamar a Sra. Renata Esteves de Almeida Andretto, do Movimento Defenda São Paulo.

A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Boa tarde a todos. Nesse pouco tempo que a gente tem, gostaria de fazer algumas considerações, começando pela publicidade desta audiência e dizer que ela começou a ser publicizada no *Diário Oficial*, no dia 16/10, que foi um sábado, e acabou por ser publicada no jornal de 19/10, portanto pouquíssimos dias antes da sua realização, o que dificulta e até impede a participação popular, além de ser uma audiência virtual, que impede a participação de muitas pessoas que não têm acesso digital.

Em seguida, quero comentar que a arborização urbana tem relação direta com o direito ao meio ambiente equilibrado e o direito a cidades sustentáveis, que é objeto ao artigo 225 da Constituição Federal, de acordos internacionais, do Estatuto da Cidade, da Política Nacional do Meio Ambiente, compõe diretrizes do Plano Diretor e da Lei do Zoneamento e que, portanto, deve ser tratada no âmbito da gestão participativa da cidade com a participação da população desde a sua formulação.

No artigo 8º, inciso III, do PL 391/2021, está colocado que esse projeto deve seguir diretrizes do PMAU, Plano Municipal de Arborização Urbana. Comento que a consulta pública do PMAU se encerrou em agosto de 2020, quando nós estávamos em plena pandemia. Por isso a consulta pública foi só virtual, excluindo grande parte da população que – repito – não tem acesso ao meio digital, para além dos deficientes que têm deficiências visuais e auditivas e que não podem participar inclusive de audiência pública. Vejo que esta, excepcionalmente, está com intérprete de Libras. Mas o Plano terminou a consulta em agosto de 2020 e foi concluído – como falou a Priscilla – em setembro de 2020. Portanto, não me parece que a consulta pública tenha sido suficiente para a importância dessa matéria.

Também quero dizer que no âmbito dessa consulta pública, o Movimento Defenda São Paulo, do qual eu participo, e a sociedade de moradores do Butantã, que é um bairro de vegetação significativa da cidade de São Paulo, do qual eu também participo, apresentaram contribuições inclusive escritas e que não houve devolução dessa contribuição. Fizemos

contribuições a 145 itens do PMAU e não recebemos respostas sobre isso. E agora vemos que no PL 391/2021, muitas coisas que nós criticamos foram incluídas e não excluídas.

E por que a importância disso? Porque essas considerações representam, no nosso entender, um retrocesso ambiental muito significativo para a cidade de São Paulo, propiciando a desqualificação do meio ambiente urbano e nós indicamos isso especificamente, o que nos levou a fazer uma representação ao Ministério Público de São Paulo, que gerou a providência preliminar encaminhada pelo Ministério Público à Câmara no dia 6/10, agora, de 2021.

Nós esperamos que a Câmara Municipal possa observar, responder e ampliar a discussão desse PL 391, para que ele possa atender o interesse público e não abrir portas que juridicamente e efetivamente abre. Eu sou advogada e na leitura do PL 391, a gente observa várias portas abertas para a desqualificação do meio ambiente natural urbano.

E sendo essa uma questão de elevadíssimo interesse público, a gente pede que a Câmara Municipal possa observar a providência preliminar encaminhada pelo Ministério Público e possa ampliar a discussão e a participação popular a discussão desse PL 391, dando oportunidade para a população efetivamente e, mais uma vez, indicar item por item as objeções que faz a esse PL e que no entender do Movimento Defesa São Paulo são muitas, em razão do que não seria possível apresentar aqui nesse tempo exíguo.

Nós solicitamos que esse processo legislativo possa ser não paralisado, mas estendido para que a participação popular possa ser ampla, como é obrigatório de acordo com a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e em observação, sobretudo, aos Acordos Internacionais.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, Renata, mas quero dizer que haverá mais outra audiência pública, inclusive semipresencial. Você terá oportunidade de pegar esses tópicos, que nos foi relatado, e podermos continuar essa discussão. Está certo? Eu gostaria que a Priscilla...

A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Vereadora, agradeço a sua informação, mas eu queria deixar claro para a senhora que para a sociedade civil ter apenas mais uma audiência pública para discutir esse assunto é absolutamente insuficiente.

Eu queria chamar atenção que esse assunto trata do patrimônio ambiental da cidade e ele é um patrimônio público. Ele não é um patrimônio particular.

Então acho muito imperativo que a Câmara Municipal ofereça à sociedade civil tempo suficiente para apresentar suas objeções para discutir e para devolver essas questões comentadas para serem novamente discutidas, senão o processo participativo fica totalmente formal e não material, o que contraria a jurisprudência, inclusive dos Tribunais Superiores.

Só queria comentar por último que o retrocesso ambiental é absolutamente vedado nos termos da ampla jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, Renata. Até vou conversar com o Presidente da Comissão do Meio Ambiente para ver se há outra alternativa. Que a gente possa abrir, além dessa audiência pública, que talvez não seja na CCJ, mas em outra comissão para que a gente possa até ter um tempo maior para discutir e que possa fazer até um substitutivo desse projeto para que haja uma maior ação nesse sentido.

Está bom, Renata?

A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Vereadora, desculpe novamente, mas o assunto nos parece importantíssimo. No último item da providência preliminar que o Ministério Público enviou para a Câmara Municipal, mais exatamente ao Sr. Presidente, Vereador Milton Leite, o Ministério Público pede que a Câmara Municipal dê oportunidade para que esse assunto seja debatido com a sociedade civil e os órgãos de preservação ambiental. Muito importante isso para qualificar tecnicamente. Eu sei da qualificação dos técnicos da Prefeitura, mas sendo esse um assunto de interesse público e sobre participação popular pedir a oportunidade de a sociedade civil e qualificada e técnica possa se manifestar com tempo e oportunidade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada, Renata. Conversarei com o nosso Presidente Milton Leite para que a gente possa realmente dar um tempo maior. Se a lei já é tão antiga, hoje estamos fazendo uma nova lei sobre essa questão, que ela seja também própria para o futuro. Não só pensando no hoje, mas num futuro próximo. As leis vão durando tanto tempo, vão ficando tão obsoletas e o importante é a gente modernizar as leis para que elas sigam em frente por muitos e muitos anos.

A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Exato, Vereadora. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Chamo o Sr. Élio Jovart Bueno de Camargo, do Cades Butantã.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Vereadora, por gentileza. Gostaria de dar uma informação com relação ao questionamento da Sra. Renata.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Pois não, Priscilla.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Bom dia, Renata. Com relação a sua citação à participação na elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana, o processo foi participativo em três momentos. Num primeiro momento, antes da pandemia, nós fizemos seis oficinas presenciais regionais com pouquíssima adesão. Isso nos chamou atenção e nos deixou bastante preocupados na época. Depois montamos um segundo momento: um questionário aplicado à população, que ficou *on-line* durante 30 dias. Recebemos quase 5.600 contribuições. Então nós entendemos que para a dinâmica da cidade, a questão do deslocamento e alguém gastar 4 ou 5 horas presencialmente numa discussão foi muito complicado. Na participação *on-line*, tivemos mais adesões. O segundo momento foi o questionário. O terceiro momento de consulta à população foi o plano de ação, que ficou no ar durante 20 dias e recebemos 440 contribuições, boa parte delas encaminhada pelo Movimento Defenda São Paulo – como a Sra. Renata comentou. E nós analisamos individualmente cada uma dessas contribuições com uma resposta que foi publicada no *Diário Oficial* no dia 16 de setembro. As contribuições incorporadas

ao Plano constam na tabela 71 já do plano final, que está disponível no *site* da Prefeitura, e lá nós colocamos o número da contribuição, que está publicado no *Diário Oficial*. Essa sugestão será utilizada na implementação do plano.

Então durante a elaboração do plano, com todos os mecanismos disponíveis e considerando a questão da pandemia, nós tentamos fazer o processo o mais participativo possível. Durante o diagnóstico, nas seis oficinas presenciais, com baixa participação, talvez as pessoas tenham tido dificuldade em chegar até ao local e dispor de 4 ou 5 horas para participar de uma oficina. Sei que a Renata esteve participando conosco presencialmente, mas muita gente não conseguiu, por isso criamos outras possibilidades. E tudo foi realmente considerado. O que a sociedade civil trouxe para a gente, tentamos incorporar. Está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Agora, Sr. Élio Jovart Bueno de Camargo. Sr. Élio o senhor está nos ouvindo?

Gostaria de saber se a Priscilla ou a Tatiane querem fazer alguma consideração final, porque, como não há mais inscritos, estamos nos encaminhando para o encerramento desta audiência pública.

A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Vereadora, eu sei que talvez não seja convencional, mas será que eu poderia fazer um pequeno comentário a respeito dessa observação da Priscilla?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Claro que pode.

A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Como não há mais pessoas inscritas, vamos aproveitar e passar para a Renata.

A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Muito obrigada, Vereadora pela consideração. Primeiro quero dizer que tenho enorme apreço e consideração pela Priscilla, que é uma pessoa preciosa no corpo técnico da Secretaria do Verde. Mas eu queria dizer o seguinte, Priscilla, com toda a franqueza, você mesma pontuou a situação das oficinas, a dificuldade de participação; depois, o próximo passo que foi o meio virtual e dizer que numa

cidade de 12 milhões de habitantes ainda os cinco mil, que você menciona, com todo o respeito, parece-me absolutamente suficiente não a demonstrar o desinteresse da população, mas talvez a deficiência no alcance do assunto, sobretudo, numa época em que a população já estava muito mobilizada com a questão da pandemia e no início da doença, enfim.

Você vê, o decreto de calamidade pública da pandemia é de março de 2020. Então em que pese ser importantíssimo o assunto da arborização – e você vê pela minha insistência no tema, você me conhece e sabe do nosso engajamento nesse assunto –, o problema da pandemia, as dificuldades e as emergências, superava a questão, lamentavelmente, mas superava a questão da arborização.

Por isso acho que ter oportunidade em que isso alcance mais gente, de maneira mais inclusiva, colabora com o plano e, como falou a Vereadora – o que eu concordo inteiramente –, a lei que se pretende agora alterar é de 1987 e em 2020 já passou por uma reformulação através da Lei 17.267, que a gente sabe que trouxe algumas alterações que eram buscadas para gerar um melhor gerenciamento de alguns assuntos da cidade, mas que de outra parte – e eu sou testemunha disso no meu bairro e em outros que eu tenho acompanhado, eu estou nesse assunto há muito tempo – foram na verdade deterioradores desse meio ambiente, sobretudo, mas não somente nas áreas de vegetação significativa do município, mas em toda e para além disso, em todo o sistema de arborização urbana, o que torna cada vez mais importante na cidade, no contexto sobretudo das mudanças climáticas, enfim, no que o Brasil está engajado até internacionalmente, e com toda a razão, em que pese algum retrocesso que a gente tem observado, lamentavelmente, mais recentemente.

Então eu acho que a Vereadora, dando essa oportunidade, viu Vereadora, de fazer essa intermediação para que esse assunto possa ser mais debatido, mais contributivo tanto da sociedade civil como da sociedade técnica, acadêmica, acho que só viria a contribuir para a cidade. Porque, como a Vereadora lembrou e eu acho que é o centro e o princípio de tudo isso, o artigo 225, da Constituição Federal, diz que a gente tem que manter e qualificar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Por isso é muito importante essa visão de futuro para a frente, para muito além do que nós estamos vivendo atualmente na cidade.

Muito obrigada.

A SRA. GLEICI – Presidente, presidente, por favor. Se for possível falar, eu gostaria, se me for permitido.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Eu já vou lhe dar a palavra.

A SRA. GLEICI – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Renata, depois a minha assessoria vai entrar em contato com você, para que a gente possa conversar e ver a possibilidade de alguns tópicos desse mesmo projeto, ou de futuros, apesar de quase um ano, a gente está começando e ainda temos três anos dessa legislatura, que a gente possa trazer algumas mudanças para o futuro, porque eu penso assim: quando a gente governa, não pode estar governando para o momento, a gente tem que governar para o futuro, para que as próximas gerações venham num espírito melhor dos acontecimentos.

Quero agradecer muito a sua participação, está bom, Renata?

Obrigada.

A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Eu que agradeço a oportunidade, viu Vereadora, Priscilla. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Está bom. E agora vou passar a palavra...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Sandra, antes de terminar a audiência, eu gostaria de escutar a Secretaria quanto as quatro observações que fiz: quanto à questão da multa, à questão de as árvores estarem em algum equipamento público e poderem ser removidas por conta disso. Eu gostaria de escutar um pouco o que a Secretaria pensa disso.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Se você não se importar, a Sra. Gleici...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Ela é maravilhosa, deixe-a falar primeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – É, eu ia pedir isso, Toninho, se você não se importar. Ela já está há um tempão, não estava inscrita e agora eu gostaria de dar a palavra a ela, se você não se importar.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Imagina, é uma honra.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Sra. Gleici, pode começar a fazer as suas perguntas e suas dúvidas.

A SRA. GLEICI – Muito obrigada, Presidente; obrigada, Vereador Toninho. Renata, quero parabenizar você pela sua colocação e eu concordo com tudo o que você falou.

Eu acho um assunto muito importante e, uma vez que houve uma alteração em 2020, nós estamos modificando demais a legislação sobre arborização urbana, e acho que não é o momento de mexer com isso.

Quando eu ouço dizer que São Paulo tem 48% de cobertura vegetal, pode até ser que tenha, mas nós estamos querendo também qualidade dessa cobertura, porque temos árvores aqui em São Paulo que são verdadeiras excrescências arbóreas. Quando se passa na Avenida das Nações, uma avenida de grande movimento, as árvores quase não têm copa, por causa das podas constantes.

O que a gente precisava ter é uma lei que assegurasse a preservação das copas das árvores, que assegurasse também essa preservação, porque as podas enfraquecem as árvores. Elas enfraquecem as árvores, elas abrem portas para infestações, cupins, umidade, mexem na estrutura das árvores e, durante a ventania, o centro de massa se desloca e elas caem. Então, nós temos que nos preparar para o enfrentamento dos eventos extremos, que já estão acontecendo e se nós continuarmos com esse modo de manejo arbóreo, que temos em São Paulo, nós vamos ver uma verdadeira tragédia em relação a quedas de árvores. E temos de lembrar que são as copas que capturam gás carbônico da atmosfera, são instrumentos naturais de captura de gás carbônico da atmosfera. Elas produzem chuva também, retêm 70% de água da chuva e depois elas liberam através da evapotranspiração para o meio ambiente.

Estou vendo que em São Paulo, segundo o que noticiam, que estão aumentando os poços artesianos. É um ledô engano, porque não existe água nos lençóis freáticos e nem nos aquíferos se não tiver chuva. É um processo que se retroalimenta: a água do subsolo vai para as nuvens para formar chuva e vice-versa. Nós temos, na verdade, que preservar e não tratarmos de uma nova lei que não traz nenhuma modernização.

Não sei se foi o Secretário ou o Prefeito que disse na PreCOP26 que a lei traz modernização para arborização da cidade. Não, é um retrocesso, como falou a Renata, por quê? Porque facilita, ela vem ratificar a Lei 12.267, que facilita, delega a elaboração de laudos e manejo arbóreo para particulares. A gente sabe que a Prefeitura não tem número necessário de servidores para fazer uma boa fiscalização. Facilita também a supressão de espécies exóticas e consideradas inadequadas e elas trazem benefícios ambientais. Não é momento de se mexer com esse tipo de coisa agora em razão da emergência climática.

Nós precisamos resfriar a cidade, resfriar para combater o aquecimento global. A árvore captura, além do gás carbônico, energia solar também. A grande necessidade agora é de aumentar os plantios e preservar o que nós temos.

Acho que essa lei também traz complexidade, complicação na identificação das áreas de vegetação significativa e áreas de preservação ambiental, porque tem que se recorrer ao PMAU, ao Planpavel, e na Lei 10.361 está tudo especificado. Quando se olha a lei, está lá o que é área de preservação, as áreas de proteção, o quanto que se deve proteger das margens dos rios, dos córregos, retorno dos olhos de água, fala da reserva ambiental nos casos de construção. E no artigo 44, que eu não entendi, do PL 391 diz assim: exime o Município de qualquer responsabilidade, quando o laudo técnico for elaborado por particulares. Eu não entendi isso.

E com relação às concessionárias, gente. Meta de poda é um absurdo, quando se trata de vegetação, de algo tão significativo para o equilíbrio ambiental da cidade. Eu costumava comparecer às reuniões de meio ambiente e, muitas vezes, eu vi a Eletropaulo comparecer, que hoje é Enel; e teve um ano que ouvi dizer: nós só vamos firmar contrato para 120 mil podas. Foi

feito algum tipo de avaliação para saber se há necessidade de 120 mil podas? Então quando há um número para ser executado, vai ser executado e é por isso que a gente vê essa barbárie acontecendo na cidade.

É isso que eu queria dizer. A gente olha Recife, na PreCOP, o Secretário do Verde e do Meio Ambiente falou que eles têm 39 áreas de preservação ambiental e eu anotei – e se não anotei errado –, em São Paulo tem dez, quer dizer são oito e mais duas estão sendo criadas agora.

Não sei se foi você, Priscilla, que falou que, no 156, poda constitui a maior parte das reclamações, é porque a população não tem educação ambiental. Nós precisamos investir em educação ambiental. As pessoas precisam saber que nós precisamos das árvores.

É isso, gente. Acho que a Comissão poderia facultar que nós mandássemos por escrito, porque o nosso tempo aqui para falar é pouco. E a Lei 10.361 nunca foi tão atual quanto neste momento de emergência climática. Ela é muito atual, está sendo modernizada pelo projeto 391.

Priscilla, minha gratidão a você, já nos encontramos em outras oportunidades, sei que você é grande, querida. Mas você está de um lado e eu de outro. Eu vejo coisa muito diferente e me revolto com o que vejo na cidade em relação ao manejo arbóreo. Renata, ó, dez. Vamos ver se a gente consegue estender isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Priscilla, gostaria que você respondesse os questionamentos do Vereador Toninho Vespoli e vou dizer uma coisa para você: eu vou olhar com mais detalhe o projeto. Vou até conversar com o meu colega, ex-Vereador Natalini, pelo seguinte: eu tive a oportunidade de ser dessa Comissão de Meio Ambiente e participar de algumas vistorias, de projetos prontos, de prédios de várias torres em pedacinhos de Mata Atlântica. Na época, conseguimos com a população, que entrou com ações e tal, coibir isso.

Só espero que não haja algum detalhezinho, porque essas leis muito longas, pela minha experiência, às vezes, entre vírgulas, não se apercebe de alguma coisa, mas na hora, existe um “poderá”, ou um “deveria”. Eu já tive grandes surpresas por causa disso. Por isso, a

minha equipe e eu vamos observar melhor nesse projeto essas questões de vírgulas, de “poderá”, para que não aconteça o que a gente conseguiu coibir lá atrás venha derrubar árvores, com a questão do verde, do meio ambiente, dos animais silvestres, dos pássaros que existem nessas regiões, para que não se dê espaço para mais torres, e mais torres. A nossa cidade já é uma selva de pedra, que não se torne ainda mais uma selva de pedra.

Eu gostaria que você, Priscilla, respondesse esses questionamentos do Vereador Toninho Vespoli e, depois, não havendo mais inscritos, vamos encerrar. E vamos começar outras discussões e vou ficar bem atenta a esses detalhes entrelinhas, porque a gente às vezes é pega, não por culpa da secretaria, mas do modo como se colocam as palavras, as vírgulas, dá outro sentido, que talvez não se pensou naquele momento.

Priscilla, está à disposição para responder os questionamentos do Vereador Toninho Vespoli. Toninho, você está por aí?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Estou sim.

A SRA. CYRA MALTA – Sra. Vereadora, seria possível eu fazer uma pequena manifestação, por ter participado pela Secretaria das Subprefeituras da construção desse projeto de lei?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Pode sim. Por favor, se apresente.

A SRA. CYRA MALTA – Sou Cyra, engenheira agrônoma, atualmente trabalhando na Subprefeitura Lapa e, como integrante da Secretaria das Subprefeituras, eu participei da construção e da discussão, dentro da Secretaria das Subprefeituras, quando fomos incitados a nos posicionar em relação ao projeto de lei apresentado pela Secretaria do Verde.

Eu gostaria apenas de trazer alguns elementos, eu não vou trazer nenhuma resposta objetiva, mas há situações na cidade que são bastante complexas e a gente tem que pensar o global e o local.

Há situações na cidade de São Paulo em relação à vegetação arbórea e das autorizações que passam inclusive pelo PDE, pela Lei de Uso e Ocupação do Solo e por outras

decisões que não estão relacionadas com essa lei específica, que trata da questão do manejo arbóreo, ou seja, como eu vou fazer esse manejo.

A gente procurou atualizar a lei e trazer elementos, como o PMAU, o Plano Municipal de Arborização Urbana, como elemento importante a integrar. O plano de manejo está subordinado ao Plano Municipal de Arborização Urbana e ao PDE, antes não estava. Nós não alteramos, em nenhum momento, a questão do patrimônio ambiental, porque ele é determinado por uma lei estadual. Então não é o caso.

O problema de água em São Paulo está muito relacionado ao desmatamento da Amazônia. Por isso temos de pensar globalmente e agir localmente no nosso município.

A gente procurou, por causa das autorizações e da lei antiga, tentar ajeitar de modo que pudesse ter um grau de efetividade maior em relação à conservação da arborização e o manejo arbóreo necessário. Por exemplo, há um artigo que é fundamental para a agricultura. No PDE, a gente restabeleceu a zona rural na cidade e há também outras demandas por parte da agricultura urbana que foram surgindo no tempo, e a gente não pode esquecer do nosso compromisso com a Agenda 2030 de estímulo e desenvolvimento numa cidade como a nossa, com o impacto de 13 milhões de habitantes, são 13 milhões de bocas.

Por isso há toda uma complexidade, que eu concordo sim com a Renata Esteves que a gente deveria até fazer uma discussão mais ampliada, mas eu tenho também que recordar o outro lado da moeda. Temos uma lei vigente hoje que permite uma série de coisas. Quanto mais tempo nós discutimos, menos nós conservamos.

Agora, do ponto de vista da arborização urbana, há a parte de manejo arbóreo relacionada à produção agrícola. Nós temos demanda de escolas municipais, CEUs, que pedem para que façamos o desenvolvimento de sistemas agroflorestais. Ora, se eu não posso podar, eu não posso fazer um sistema agroflorestal. Essa é uma relação de manejo para um processo produtivo.

Nós temos demanda de agricultura urbana nas praças, então há aí uma situação que precisa ir compatibilizando. Procuramos, por causa das questões tecnológicas, não amarrar

demasiado algumas situações na lei. Por quê? Porque a tecnologia avança. Ela permite que a gente faça as coisas que a gente não tem. A gente procurou, no artigo 3º, frisar a importância do inventário florestal, porque há de um lado tecnologias para monitoramento, que podem ser desenvolvidas, mas a base de tudo para controle social, para melhorar a possibilidade do controle social, está no inventário florestal. Está no levantamento das árvores que a gente tem no município, em especial no viário, que é onde a Secretaria das Subprefeituras poderá realizar melhor o manejo e atender melhor a população.

Eu vou fazer uma piadinha, porque eu costumo dizer para o Secretário das Subprefeituras que uma coisa é o buraco que tem unanimidade, quando no SP 156, a galera pede para tapar um buraco. Buraco é unanimidade, não tem ninguém que não queira tapar um buraco.

A árvore precisa de um pouco mais de atenção, porque há pessoas que querem remover e pessoas que querem conservar, independentemente do estado em que ela se encontra. Por isso a gente tem que olhar com mais cuidado.

Enfim, queria apenas trazer um pouco essa dimensão. Não foi fácil discutir essa legislação, ainda mais para quem é conservacionista – que é o meu caso e o caso da Priscilla. Mas a gente tem necessidades também de melhorar a legislação e que ela não seja de curto prazo, que seja uma legislação que possa permanecer. E a gente procurou fazer esses ajustes, em especial em função das alterações que a lei sofreu em janeiro de 2020, causando uma série de dificuldades para nós, na Secretaria das Subprefeituras.

É isso. A Agenda 2030 está aí. Aproveito para lembrar, porque foi citada a falta de servidores públicos para o que quer que seja, controle ou elaboração de laudo. É importante frisar que procuramos nessa legislação não diferenciar o profissional que se forma e não é efetivo, do profissional que é efetivo na área de Ciências Biológicas, Engenharia Agrônoma e Engenharia Florestal. Nós entendemos que os profissionais, sejam eles integrantes ou não da carreira pública, são aptos a fazer, executar e elaborar um laudo técnico em relação ao indivíduo arbóreo. Isso amplia e muito a possibilidade de leitura.

Enfim, agora temos aí também uma situação de um concurso vigente e uma decisão de cada um para ampliar o corpo técnico que irá contribuir.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Nós estamos nos encaminhando para o fim, eu queria que a Priscilla respondesse os questionamentos do meu colega Vereador Toninho Vespoli.

Mas antes, vou dizer, há um problema – e nós como Vereadores temos essa dificuldade –, porque na realidade a Prefeitura é única. A Secretaria do Meio Ambiente tem que ter sempre, como qualquer Secretaria, um trabalho de equipe, porque em todos os pontos: “Ah, eu sou do Verde, mas eu dependo da Secretaria das Subprefeituras; eu dependo da Secretaria de Obras”. E de maneira geral observa-se que a pessoa fica andando com papezinhos e mesmo com toda essa tecnologia, não é bem assim. As pessoas têm dificuldade de acesso, porque isso de tem que ir para cá; não, tem que ir para lá. Isso é algo que tenho observado muito, nos dificulta o trabalho; ou todo mundo está no mesmo time para o bem-estar da cidade de São Paulo. Não adianta dizer: “Ah, eu não gosto desse Secretário, não gosto daquele, não gosto daquele”. No fundo, já estão lá e as pessoas têm de trabalhar em conjunto e vemos essa dificuldade.

Não vou citar os casos que tive com essa dificuldade, mas temos de trabalhar em equipe. A equipe é única, o time é único e todos têm que trabalhar para o bem-estar da cidade de São Paulo. Mas infelizmente isso não acontece. E não é neste governo não, eu estou no meu quarto mandato e é sempre a mesma coisa.

Então vamos ter que mudar isso, em primeira mão. Ou vamos usar a mesma linguagem para o bem-estar de todos, senão vamos sempre ficar nessa briga, porque fazemos leis, mas muitas nem são aplicadas. Nem precisaríamos ter tantas leis, é tanto papel, é tanto item, é tanta coisa. Nós todos já sabemos o que seria bom e pronto.

Eu vou voltar a discutir os projetos e agora vou ficar em cima deste para ver se não há nada que vai tirar mais parques, mais vegetação para se construir mais torres. Estamos precisando de muita torre, muitos apartamentos de alto luxo, é o que a cidade de São Paulo

precisa. Por isso precisamos ficar bem de olho se isso não vai acontecer na cidade de São Paulo.

Vou ficar bem em cima desse projeto e vamos discutir.

Estou errada, Toninho?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Não, está certa. Quero apenas comentar, vocês não sabem como esta audiência pública me deixou triste. Porque agora descobri o quanto eu sou pobre, sabe por quê? Fiquei pensando, se há 48% da cidade com vegetação, a minha região não tem nem 10, 12%. Isso mostra como eu moro num lugar bem precário e pobre, porque se há lugares com 48%, em outros chega a 60%. A minha região está na faixa de 10, 12%.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Onde você mora, Toninho?

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Eu moro no Sapopemba.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Mas vou te falar, ali tinha árvore para danar, mas aí a turma vai cortando. Se você vê a Cidade Tiradentes, o que está sendo devastado, inclusive parte de Mata Atlântica. E a turma vai construindo casa devagarzinho, devagarzinho. E aí a nossa região, a Leste, será uma que logo, logo estará mais desprovida de parte arbórea, de árvores, porque estão derrubando tudo, Toninho. É um pecado. Vem lágrimas nos olhos quando se chega lá e vê que não tem mais árvores.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – E uma coisa que você chamou a atenção, Sandra, essa questão de que está havendo projetos muito complexos e mesmo quando a gente ou algum assessor lê às vezes não tem o entendimento do que significa aquele artigo.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Exatamente. Nós não nos apercebemos com palavras: “deverá, poderá”, vírgula para cá, para lá. Olha...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Um projeto tão importante como esse, não sei por que passa no Congresso de Comissões, super-rápido, não dando tempo, condição...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Nós vamos discutir lá. A Priscilla vai responder os seus questionamentos. Depois vamos fazer uma reunião – se você quiser participar -, entrarei em contato com a Renata, com a Priscilla. Temos acesso ao Secretário Eduardo, como

da parte do Modonezi, porque vai chegar o momento em que nós todos teremos de conversar com o mesmo intuito ou senão é um gargalo que só sai, só sai. A turma só vai tirando, vai tirando, e entra na Justiça, não sei quantos anos. Essas são coisas imediatas, para que possamos coibir essa parte arbórea, de tirar as árvores que existem. A própria Enel vai e poda, faz um arco dentro das árvores e depois elas acabam caindo, porque elas pendem com um lado maior. Ou se tem uma técnica única, que se tenha uma maneira única de fazer a poda das árvores; é tudo muito complexo, mas se todos tiverem boa vontade de fazer o bem para a cidade de São Paulo, a coisa pode fluir muito bem.

Vamos lá, Priscilla, porque o Toninho está estressado lá.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Sim, vamos lá. Eu anotei os questionamentos do Vereador Toninho Vespoli. Em relação a alguns assuntos estarem colocados na lei, remetendo a constarem um detalhamento maior em decreto, é o que a Cyra já explicou. A cidade tem uma dinâmica, uma complexidade – como a Sra. Sandra colocou -, e a gente tem uma lei que vai perdurar por muito tempo. Se a gente detalha muito no início, acontece como a Lei 10.365 que tivemos milhares e milhares de “remendos” – me perdoem a palavra – para irmos ajustando e adequando ao que vai acontecendo de mudança na cidade. Por isso deixar que esse detalhamento seja tratado num decreto nos facilita depois ir atualizando essa legislação.

Um segundo ponto está também relacionado com o Plano Municipal de Arborização Urbana.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Apenas uma coisa, Priscilla. Árvore em lugar inadequado, isso é muito vago. Eu entendo o que vocês estão falando, mas também isso pode caber tudo, pode virar tal subjetividade depois, se demorar a ser regulamentado, que o estrago pode ser muito grande.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Tem o prazo estabelecido para a gente trabalhar na regulamentação, não é, Vereador.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Agora, você saber o que é lugar adequado.

Quais são os itens para se determinar que seja adequado?

A SRA. CYRA MALTA – Vereadora, há situações, desculpa, é que isso diz mais respeito a calçadas.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Sim, na minha calçada tem um abacateiro de não sei quantos metros, o zelador fica colhendo os abacates, porque eles ficam para o meio da rua.

A SRA. CYRA MALTA – A gente teve essa preocupação para poder dar um pouco mais de objetividade em relação a isso. Por exemplo, em área de tombamento árvore, uma paineira em calçadas que de repente passa ou não muita gente. A espécie da paineira é uma árvore inadequada para calçada, isso não quer dizer que naquela calçada não pode ter uma árvore. Essa compatibilização tem que ser feita no tempo... (Falha na transmissão.) ...de uma vez, tira todo mundo, a árvore, o abacateiro que cai o abacate ou um outro tipo de árvore que tem uma flor que pode provocar um escorregamento. Existem lugares com muitos idosos, com inclinação na calçada e a árvore solta suas flores, enfim há questões objetivas que a gente pode classificar. Há questões de bom senso, compatibilização com acessibilidade, enfim, tem um conjunto de coisas para a gente observar. Então é nesse sentido, talvez naquele lugar não seja possível mais e também não é para ficar tirando.

A gente propôs inverter: em vez do mobiliário urbano ser privilegiado em relação à árvore, a gente procurou destacar a árvore para que ela não seja considerada um mobiliário urbano, afinal de contas um poste, uma placa de trânsito, um semáforo, eu tenho condições de deslocar de uma forma mais fácil do que um indivíduo arbóreo já crescido, que pode ser conservado e que pode permanecer naquele local desde que eu compatibilize. É nesse sentido.

Ninguém aqui propôs, em nenhum momento, claro que sempre pode ter alguém mal-intencionado, mas a nossa intenção com o projeto de lei foi justamente de garantir melhor qualidade na arborização da cidade para que a gente possa usufruir mais do serviço ambiental ecossistêmico que a árvore permite para nós.

Então esse caráter do inadequado pode estar colocado de uma forma, o que não impede um substitutivo ou algo no termo, mas ainda a intencionalidade é de compatibilizar, de substituir no tempo.

Desculpa, Priscilla. Desculpa, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Outra questão, as árvores que já estão, tudo bem, têm que mantê-las e tentar adequá-las, ver se há risco para a população, mas por exemplo: Ficus. Essa é uma planta que quanto mais velha, ela destrói tudo quanto é cano, ela destrói as calçadas e nem é da nossa mata. Por que deixar ainda hoje? Eu vejo lugares em que se tira uma árvore, vão lá e enfiam o danado do Ficus.

A SRA. CYRA MALTA – A gente fez uma propositura, num dos artigos que agora não vou me lembrar qual, para que a gente possa compatibilizar e esclarecer isso. É muito difícil explicar para a nossa população amiga das árvores, que tem um Ficus num vaso dentro de casa, que ela não pode colocá-lo em qualquer lugar. Não é simples. Como disse a Gleici, a gente precisa avançar muito no campo da educação ambiental, para que as pessoas saibam o que cabe e o que não cabe.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Ou uma seringueira!

A SRA. CYRA MALTA – É, seringueira a gente não planta mais, mas a população de vez em quando...

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Mas eu vou falar, existem umas falsas seringueiras na região onde trabalho, que eu atuo, que fiquei um ano com mais de 60 pessoas entre CET, Subprefeitura, Enel, Corpo de Bombeiros, porque a árvore incorporou a casinha desse morador.

A SRA. CYRA MALTA – Isso, isso. Esse é o inadequado, percebe?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – São problemas que a Prefeitura tem um gasto, um número de pessoas e temos de evitar isso, entende. Acho que deveríamos ter uma atuação maior nesse sentido, pôr em todos os cantos da cidade de São Paulo quais as árvores.

Existe um *site* que diz quais árvores podemos plantar nas calçadas, mas nem todo mundo tem acesso. Nós teríamos de fazer de uma maneira que a gente realmente possa...

A SRA. CYRA MALTA – É isso, Vereadora. Essa era a nossa intencionalidade e o inadequado entra nesse assunto também, a árvore que é saudável, mas está num lugar não apropriado e não tem como transplantar, não tem o que fazer.

A gente tem na Subprefeitura Lapa, por exemplo, uma árvore que tem uma medida judicial de não remover e é um caso desses. É uma árvore que está inadequada, que está entrando em senescência, enfim, tem toda uma condição técnica que às vezes é difícil de a gente conversar com a população e esclarecer. Porque fica parecendo, porque às vezes o pessoal olha para a gente, quando trabalhamos na rua, como se a gente fosse assassino do motosserra, e muitas vezes não é isso. É que talvez a gente tenha uma lente, uns óculos diferentes para olhar aquela situação, no contexto da árvore, do lugar onde ela está, do tipo de fluxo, porque tem o vizinho, mas tem todo mundo que passa ali, da escola próxima, enfim, tem todo um conjunto de aspectos que a gente observa.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Colocamos a comunidade que tem o receio de a árvore cair na sua casa e tudo, mas pior do que isso – já presenciei também -, esses grandes empreendimentos que vão passando a serra, vão tomando medidas paliativas para que aquela árvore caia sozinha, como nesses lugares que falei. Vão fazendo valas para que a própria árvore caia, sozinha.

A SRA. CYRA MALTA – Envenenamento, Sra. Vereadora. Envenenamento. A gente tem casos de envenenamento de árvore, é muito comum. É terrível, e que coloca em risco.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Nós temos muito trabalho pela frente, mas não vamos desistir.

Priscilla, o Toninho vai bater em mim hoje. Pode acabar de responder.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Posso continuar, não é? Bom, em relação ao segundo ponto, por que a gente entende que algumas questões podem ser tratadas no decreto, como a gente está vinculando a vários pontos importantes da lei com o Plano

Municipal de Arborização Urbana, ele tem uma vigência estabelecida de 20 anos, com revisão a cada cinco anos. São cinco anos em que a gente implementa as ações. Se nesse período percebe que precisa fazer alguma adequação, alguma mudança, rapidamente via decreto, conseguimos adequar a legislação para ela ser mais aplicável às diversas situações que a Cyra está colocando.

A cidade é muito complexa, muito diversificada, não dá para em uma única lei atender a todas as peculiaridades existentes nas 32 Subprefeituras. Por isso a proposta de se trabalhar com decreto, primeiro como a Cyra falou, é para a gente ir atualizando a tecnologia que vai surgindo, que vai dando melhorias para trabalhar com manejo e segundo, a gente acompanhar todas as mudanças que forem sendo feitas no Plano Municipal de Arborização Urbana.

É claro que o texto está aí para todos os Vereadores analisarem e se, em algum momento, acharem que precisa fazer alguma adequação, é para isso que estamos discutindo aqui.

Em relação ao convênio com a Enel, que o Vereador Toninho Vespoli também citou, isso entrou na Lei 17.267, aprovada em janeiro do ano passado. Já entrou uma alteração na Lei 10.365 trazendo algumas regras para que seja feito convênio com a concessionária de energia elétrica e, nesse projeto de lei, nós ampliamos, porque isso nos salta aos olhos, estamos vendo o que a distribuidora de energia elétrica está fazendo com as podas. Isso chama muito a atenção, mas há outras concessionárias atuando na cidade e que não conseguimos ver, a população não está percebendo, que são: Sabesp, Comgás e Ilume, que estão trabalhando com a manutenção do equipamento deles que está abaixo do solo. E para fazer a manutenção nesses equipamentos, frequentemente são realizados cortes de raízes que causa instabilidade, como a Sra. Gleici comentou, altera o equilíbrio da árvore e num dia de evento extremo, e às vezes nem precisa estar chovendo ou ventando, num dia como hoje, a árvore vem a cair.

Esse PL tratou não apenas da energia elétrica, ele falou de concessionárias de um modo geral, para que a gente faça convênios com essas outras empresas também, que se estabeleça, para essas outras, regras também de como elas vão atuar no dia a dia da prestação

do serviço, quando a tubulação ou o equipamento delas estiver passando próximo de uma árvore.

O outro tópico que o Vereador comentou foi sobre a visibilidade dos demais equipamentos públicos e eu vi, no *chat*, tanto a Sra. Renata quanto a Sra. Gleici comentando, e sim há o artigo 10, § 1º, nesse PL. A gente tenta priorizar, no manejo, a sobrevivência da árvore e que seja mantida a arquitetura da copa dela. Se eu tenho uma árvore, que está com a copa, e uma placa de sinalização, um semáforo; o galho cresceu e tampou essa sinalização, por que temos de fazer a poda? A lei diz o seguinte: vamos priorizar, estudar, se é possível trocar essa placa de lugar em vez de fazer a poda. A gente precisa considerar o custo operacional, quanto custa a operação de mandar a equipe e fazer a poda, e quanto custa remover essa placa em termos financeiros, mas também de serviços ecossistêmicos que esse galho que será podado está prestando. Quanto custa esse serviço ambiental que essa árvore está nos dando? Esse projeto de lei caminha nesse sentido, para que se priorize mais a preservação de toda a árvore.

Gostaria de aproveitar e comentar também sobre a fala da Sra. Gleici.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Faltou falar sobre a multa.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Sim, faltou a multa. É o seguinte: esses valores de multas estão relacionados a uma gradação, dependendo do tipo de dano feito na árvore. A Cyra citou envenenamento, eu citei o corte de raízes, mas existe também coisas mais simples, como fixar um cartaz com um prego numa árvore. Esses valores estão acompanhando a gradação em relação ao tipo de dano.

Com relação aos comentários da Sra. Gleici. Vou começar pelo fim, quando ela fala que admira o meu trabalho, agradeço. Já participamos de muitas reuniões, agradeço o elogio, mas nós não estamos em lados diferentes, Sra. Gleici. Nós, técnicos da Prefeitura, sociedade civil, Vereadores, Secretários, todos nós estamos no mesmo barco, no mesmo local, na mesma cidade e na mesma pauta de discussão. Todos nós queremos a preservação da arborização, o melhor manejo, mais qualidade. Então, o projeto de lei vem nesse intuito, por isso eu entendo que estamos todos no mesmo lugar.

Qualidade da arborização. O artigo 7º inovou em relação à Lei 10. 365, de 1987, que falava de poda e supressão de árvores. Nós, nesse projeto, avançamos um pouco e estamos trazendo a definição de manejo, que é um conjunto de serviços muito mais amplo do que simplesmente fazer a poda ou o corte da árvore. Está incluída aí avaliação técnica, está incluído melhorar a condição do canteiro onde a árvore está inserida, de repente a gente percebe que o munícipe, sem o conhecimento adequado cimentou tudo e tratou o tronco como se fosse um poste. Precisa abrir o canteiro, deixar uma área permeável, remover uma vegetação que está interferindo e que nasceu ali espontaneamente. Há uma série de outros serviços que podem ser feitos e que são considerados manejo, importante para se manter a qualidade da arborização. Esse projeto de lei inova nisso também.

Em relação ao enfrentamento às mudanças climáticas. Está vinculado ao Plano Municipal de Arborização Urbana, está vinculado ao Planpavel, ao Plano da Mata Atlântica, e um item que a senhora comentou e que também está relacionado com as mudanças climáticas: espécies exóticas. No conjunto do artigo 12 do projeto traz as possibilidades, as justificativas para se remover árvore, consta a remoção de espécie exótica e invasora. É diferente da espécie exótica. Como exemplo de espécie exótica temos a tipuana, que não é nativa do Brasil, mas está superadaptada a nossa cidade e, no projeto de lei, nós inserimos uma diretriz que veio do Plano Municipal de Arborização Urbana: plantar espécies preferencialmente nativas do município. O “preferencialmente” nos dá abertura para que se consiga ainda plantar espécies exóticas e há um parágrafo dizendo que esse plantio de exótica tem que estar justificado tecnicamente, ou seja, vamos comprovar que ela não é uma exótica invasora.

Existe uma preocupação, não só nossa, dos técnicos de São Paulo, mas do mundo inteiro, o problema da espécie exótica invasora é muito grave e é uma preocupação internacional. Essa espécie tem uma propagação prejudicial e interfere no desenvolvimento das nossas nativas. Tivemos uma preocupação de ressaltar isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – É a questão dos cupins. Essas tipuanas trazem, não é o nosso cupim que está ali, o cupim brasileiro. Estou errada? Participei de uma

audiência anos atrás em que um Vereador dizia que eram de outro planeta, que não eram os cupins brasileiros, que comem os nossos móveis, os nossos fios e tudo o que aparece pela frente e estão inclusive nessas árvores, que estão já há muito tempo na nossa cidade.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – O estado fitossanitário das árvores está diretamente relacionado à qualidade da prestação do serviço. Como falei, se árvore está num local que não dá condições para que se desenvolva bem, é um ser vivo, diminui a sua imunidade e ela fica mais suscetível a ter ataque de pragas e doenças.

O último tópico da Sra. Gleici foi em relação à meta de poda. A representante da Secretaria das Subprefeituras nos trouxe alguns números, não fui eu que falei. Nós fizemos uma sugestão de ajuste quando saiu a meta relacionada à prestação dos serviços para que não fosse colocado: podar tantas mil árvores, mas sim realizar manejo em tantas mil árvores, ou seja, a gente não vai sair cortando árvore aleatoriamente para bater um número, mas sim a gente vai ampliar os cuidados com a maior quantidade possível de árvores existentes na cidade.

Essa é a proposta do PL.

Obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Obrigada. Só para encerrar, gostaria de fazer uma pergunta. Eu queria saber de todas essas árvores que são retiradas e replantadas, vocês têm o número de quantas árvores replantadas foram em frente? O que eu vejo? Há algum tempo estava andando pelos lados do Jardim Santo André, no extremo da zona Leste, e houve uma época que por questão do Rodoanel e outras, saíram muitas árvores que foram replantadas. Mas observamos que aquilo fica seco, que elas não vão para a frente. Vocês têm o controle, o número de árvores replantadas, quais realmente sobreviveram? São plantadas 10 mil, mas na verdade não sei se são cinco, dois, dez mil. Quantas dessas árvores realmente vão em frente? Você tem essa ideia, Priscilla? Esse é um levantamento que deveríamos fazer, porque não adianta eu reajustar um termo dizendo “olha, eu vou tirar cinco árvores daqui e vou plantar 50 em outro lugar”, como disse o Sr. João. E eu pergunto: dessas 50, quantas realmente foram em frente? Há esse controle?

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – A lei atual obriga que para cada árvore cortada, uma tem que ser plantada. Esse número é para os casos em que a árvore está doente, está causando dano ao patrimônio, está com risco de queda. Quando o corte se enquadra, e a Prefeitura dá autorização para esse corte para ser feita alguma edificação ou uma obra, é outro cálculo, porque nesse caso não é substituição, é compensação ambiental.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Nessa compensação, vocês têm essa avaliação de quantas árvores foram em frente? Porque eu planto mil, mas não sei se essas mil conseguiram sobreviver. Eu vejo sempre aqueles pauzinhos secos plantados na periferia, principalmente na questão das rodovias e tal, não sei se sempre vão em frente. Vocês têm esse controle, porque senão esse acordo, e as pessoas deveriam fazer a reposição dessas árvores.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – No caso de obras, quando é feito o Termo de Compensação Ambiental, existe um período de fiscalização para acompanhamento, se essas mudas estão realmente dando pegamento, esse é o termo técnico, se vingaram.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Eu nem sabia que era pegamento, por isso falei “foram em frente”.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Existe esse período de fiscalização para acompanhamento.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Sandra, na realidade a maioria não vinga. Quando houve o monotrilha, que passou na Av. Anhaia Mello, na minha região, tiraram um monte de árvores e plantaram inclusive na unidade em que eu trabalhava, estava lotado e não vingou uma, uma.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Temos de observar isso, Toninho. Eles têm de repor, não me interessa se não pegou, que não houve o pegamento. Tem que pegar o pegamento, como disse a Priscilla – esse é um novo termo para mim –, tem que pegar o negócio.

Tem que haver o pegamento.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Mas muito para além dessa questão do pegamento, eu vou remeter ao que o Sr. João Moreirão falou há pouco sobre a distribuição,

e o Plano Municipal de Arborização Urbana hoje, em relação à compensação, a regra é precisa plantar a maior parte dentro do terreno, para se manter a densidade que já existia, ou então plantar no entorno, numa praça, como vocês estão falando que viram, que havia várias mudas, e que não pegaram. Mas estamos colocando no Plano Municipal de Arborização Urbana que seja ampliada essa análise para o distrito, para uma região maior, para que se mantenha e se amplie a densidade arbórea na região como um todo e não apenas dentro do lote.

Vejam a importância desse PL estar vinculado ao Plano de Arborização Urbana, várias diretrizes do Plano vão ser encampadas pelo projeto de lei e no dia a dia a gente vai melhorar a gestão da arborização.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Tatiane, cada Subprefeitura poderia ter uma conta dessas árvores para observarmos se houve o pegamento, porque muitas estão no extremo das periferias das Subprefeituras. Não sei se é possível, mas que pudéssemos observar, porque as árvores são retiradas de um lugar e colocadas muito distante, como disse o Sr. João, e essas árvores, que são plantadas bem longe, alguém tem que tomar conta para ver se houve o pegamento.

A SRA. TATIANE FELIX LOPES – A Secretaria trabalha nesse sentido, como nossos colegas falaram. Infelizmente há essa questão da mão de obra que é insuficiente para a dimensão da cidade, mas há sim esse acompanhamento dessas árvores. Talvez a Cyra, que participa em campo, possa trazer mais informações nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – A Cyra é da Lapa?

A SRA. CYRA MALTA – Sim, eu sou da Lapa e quando necessário, o Secretário pede opinião, eu apoio o pessoal dos DZUs, o pessoal das Subprefeituras.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Eu gostaria de destacar mais um ponto importante em relação a essa substituição, compensação.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Agora eu comecei a falar, a gente vai até tarde falando das árvores.

A SRA. CYRA MALTA – Se quiser, a gente vai mesmo.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – A gente vai até amanhã, não tem problema. É muito gostoso.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Esse é um assunto que eu gosto muito.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. PRISCILLA MARTINS CERQUEIRA – Eu gostaria de destacar, Cyra, só um pouquinho, porque me lembrei que a lei atual coloca um para um, a substituição quando a árvore está doente, está com risco e tal. Nesse projeto de lei, no artigo 42, parágrafo único, nós não fixamos em um para um, justamente baseado naquele caso da Lapa. Havia uma *ficus elastica* numa praça, gigantesca, e entendemos que se fosse plantada uma árvore só para substituir, não haveria a real compensação do serviço ambiental ecossistêmico que essa árvore estava prestando. Por isso deixamos em aberto para que no decreto a gente possa trabalhar escalas de compensação, dependendo da espécie, do porte, da localização, para que em vez de plantar uma por uma, por exemplo, se essa é muito significativa, é grande, tem 30 metros de área de copa, então vamos colocar o plantio substitutivo de quatro ou cinco árvores.

Desculpa, Cyra.

A SRA. CYRA MALTA – Imagina, mas eu acho importante a gente separar duas coisas diferentes do ponto de vista da Subprefeitura. Nós da Subprefeitura temos zelo, faz zeladoria com muito zelo, com as árvores do passeio público das praças. A gente não é responsável pela compensação ambiental fruto de obra, mas a gente denuncia para a Secretaria do Verde sim quando a gente encontra situações não adequadas. Plantios novos são de responsabilidade da Secretaria do Verde.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Vocês têm essa função, mas quando passamos, eu mesma vou fotografando quando passo nos lugares. Estou vendo a árvores seca aqui, esturricada, o cara acabou de plantar, vamos até avisando, que é uma forma não de função, mas sim de cooperação. Porque sabemos que há falta enorme de funcionários, de técnicos da área e, pelo menos, vamos ter que contar com os olhos das pessoas amigas de notificar a Secretaria do Meio Ambiente na questão de dizer que tantas árvores plantadas naquele local

não houve o pagamento.

A SRA. CYRA MALTA – Eu acho que a gente avançou nesse campo minimamente, acho que é importante entender que a vegetação arbórea da cidade, seja no interior de um lote ou na calçada, numa praça ou numa área protegida, num parque, é uma vegetação que pertence a todos; assim como todos os outros demais serviços. Eles devem ser observados e acompanhados por toda a população. Por isso existe o serviço de atendimento ao cidadão através do Portal 156.

No Geosampa recentemente foi colocado aquilo que está previsto, se tem ou não compensação, para a gente poder acompanhar, o acompanhamento geral a gente faz, mas é importante entender que há tarefas que são da Secretaria do Verde e tarefas que são da Subprefeitura. E que já as tarefas da Subprefeitura são demasiado grandes e já as tarefas da Secretaria do Verde são grandes também. Porque no cotidiano, a gente está olhando e, no cotidiano, a gente precisa do apoio da população sim, identificando, por isso precisa ter o canal de comunicação conosco, para a gente ir olhar de bate-pronto o que está acontecendo.

Só queria salientar isso, porque a gente está acompanhando a falência de uma árvore, a operação de guerra para remover uma árvore e/ou fazer a poda, que não é pouca. Vamos imaginar que a gente tem 50% do plantel de árvores envolvido na rede elétrica e não é simples mexer na rede elétrica, e nem podar árvore embaixo de rede elétrica. Só para a gente ter esse cuidado, saber o que é a compensação ambiental, o que é um ajustamento de conduta ou um Termo de Compensação Ambiental e o que é uma árvore de plantio substitutivo. Esse plantio substitutivo é realmente de responsabilidade da Subprefeitura ou do privado, quando ele remove internamente e aí a gente tem o papel de ir, fiscalizar se aquela árvore na área interna foi removida e foi replantada, ou não, para a gente manter o plantel de árvore ou até ampliar.

E como bem lembrou a Priscilla, há situações, nesse caso das árvores inadequadas ou que estão numa situação em que se vai remover por uma condição x, que não é apenas a saúde da árvore, ela tem um papel importante, cumpre um serviço ambiental importante, então aí a gente vai ampliar o número de compensação. O exemplo da Lapa foi muito bom.

A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Vereadora, eu queria solicitar que a gente pudesse ter a oportunidade que a senhora falou antes de discutir melhor esse assunto, porque a gente está ouvindo a Priscilla, muito qualificada; a Cyra, que tem essa experiência em loco, mas eu particularmente, que já estou nesse ambiente há quase dez anos, teria várias coisas a opor sobre tudo o que foi manifestado pela Cyra, mas também algumas coisas ditas pela Priscilla. Eu acredito que a sociedade civil em geral gostaria de comentar para contribuir. E como estamos aqui ouvindo as duas e da sociedade civil, aparentemente só o João Moreirão, a Sra. Gleici e eu. Queria realmente insistir nessa oportunidade para, com muito respeito a elas e aos Srs. Vereadores, ter oportunidade de discutir esse assunto tão importante, patrimônio e eu insisto, patrimônio ambiental de interesse público da cidade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Renata, nós estamos encerrando, mas eu também faço parte da Comissão Extraordinária de Meio Ambiente e vou falar com o Presidente, que é o Xexéu Tripoli, se não poderíamos fazer uma reunião exclusiva, porque essa que vou tentar marcar, não conta como audiência regimental. De qualquer maneira, gostaria de voltar a conversar com a Renata, entrarei em contato com a Cyra, até com a Priscilla, eu tenho o maior acesso ao Secretário Eduardo, para que a gente possa melhorar esse projeto para não deixarmos espaços vazios que deem oportunidade para outras pessoas, que não tenham a mesma boa intenção, ou que achamos que estava bem escrito, e temos de melhorar e escrever um pouco melhor para que não dê chance a segundas intenções. Acho que vale a pena, porque sabemos que o clima está mudando, aliás, o clima mudou, nunca sabemos se estamos na primavera ou no verão. E há a questão da água também, nós sabemos de todos esses problemas. Não é muito a minha área, eu sou médica pediatra, mas acho esse assunto extremamente importante para a saúde pública, para que possamos melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Então, entrarei em contato com você, Renata, com a Priscilla, a Cyra, para que possamos tentar melhorar, inclusive o meu amigo Guilherme, a Tatiane e o Modonezi também,

que são pessoas extremamente acessíveis para que possamos conversar para tentar mudar essas questões. Está bom, gente?

Agora chegamos ao fim.

Está encerrada esta audiência pública.

Estamos encerrando os nossos trabalhos e eu quero agradecer muitíssimo a participação de todos. A primeira audiência ocorrida na Educação, todo mundo estava de acordo, ainda com algumas pequenas mudanças, mas esse nosso projeto é bem extenso, cheio de detalhes. Acho que temos de observar melhor os detalhes e, como digo sempre, as vírgulas, o “poderá”, o “deverá”, porque eu como Vereadora já tive grandes surpresas após a votação dos projetos.

Está bom, gente. Muito obrigada. Que todos tenham um bom fim de semana. E fiquem com Deus.

Seu João, não vou aguentar, vou precisar falar uma coisa para o senhor. Eu como doutora, acho que o senhor fumou mais de 20 cigarros, mas não há árvore que vá resistir. Largue esse cigarro, Seu João. Eu segurei a minha língua, mas não aguntei. E as minhas colegas estão apoiando. (Risos)

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Eu participo das audiências e só tem mulher reclamando do cigarro.

Agora é uma boa oportunidade, porque vi que a Sra. Cyra da Subprefeitura já concordou da importância da colaboração dos moradores. Então é uma boa hora para a gente discutir muito com os moradores da cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Ah, mas o senhor tem que largar esse cigarro.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Eu até paro de fumar.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Nossa, já vou até marcar. Já salvei uma vida, pelo menos. (Risos)

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Só vou pedir para a Prefeitura acabar com a garagem

de ônibus aqui do meu lado e voltar o parque que a gente usava, tão bom.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu) – Gente, muito obrigada. Foi um prazer.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
